

Proposta de Resolução do CNPE

Proposta de Resolução do CNPE

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à elevada consideração e aprovação de Vossa Excelência proposta de Resolução do Conselho Nacional de Política Energética tendo por objetivo estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais, mediante a regulamentação de condições e critérios específicos, que visem a sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externos, nos termos do art. 2º, inciso VII, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 11.909, de 2009.

Dentre os temas discutidos no âmbito do Programa Gás Para Crescer, que contou com a participação do Poder Executivo, das associações de classe e da sociedade, o gás natural matéria prima mereceu atenção para seu uso não energético.

Nesse contexto, tendo em conta a exigência de tratamento específico, ficou notória a necessidade de se estabelecer, no âmbito das diretrizes de política energética nacional, no curto prazo e antes de maior número de ofertantes, um mecanismo de competitividade das indústrias existentes e que consomem gás natural matéria-prima como insumo não energético e competem com produtores de países em que o custo do gás natural é muito mais baixo.

No rol de referidas diretrizes a cargo do CNPE, portanto, recomenda-se a criação de um programa nacional do Gás Natural Matéria-Prima ("GNMP") destinado a atrair investimentos para a expansão da indústria brasileira que utiliza GNMP em seus processos

produtivos com vistas a promover a sua competitividade nos mercados interno e externo, buscar a diversificação das Cadeias Produtivas Ampliadas, que permitem elevados índices de agregação de valor, bem como a criação de empregos e impostos, gerando benefícios sociais com efeitos multiplicadores na economia.

O referido programa, a ser implementado em etapas, no curto, médio e longo prazos, mediante o desenvolvimento do (a) Plano Emergencial para Uso do Gás Natural como Matéria Prima, (b) Plano Nacional de Estímulo e Diversificação do Uso do Gás Natural como Matéria Prima, e (c) Plano de Estabilização para Uso do Gás Natural como Matéria Prima, tem como objetivo viabilizar o suprimento, de forma sustentável, do gás natural em sua utilização como matéria prima para a Indústria (GNMP).

Tudo isso se justifica em vista da mudança de paradigma com a elevação expressiva da oferta de gás natural ao mercado nacional, o chamado “choque de oferta”, a partir da exploração das relevantes reservas do pré-sal e, adicionalmente, tratando-se de recurso nobre, cuja valoração e efeito multiplicador são superiores aos da molécula com fim combustível, é imprescindível o seu aproveitamento e destinação aos segmentos que adotam esses produtos como matéria prima principal.

Diante de tais constatações, destina-se a presente Resolução, em atendimento ao disposto no art. 2º, inciso VII, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com a redação dada pelo art. 58 da Lei nº 11.909, de 2009, explicitar o estabelecimento do programa de uso do gás natural como matéria prima para as Indústrias instaladas no Brasil, mediante a regulamentação de condições e critérios específicos visando assegurar a competitividade dos seus usuários.

Respeitosamente

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA – CNPE

RESOLUÇÃO Nº [nº], DE [data] DE 2017

Estabelece as diretrizes para o uso de gás natural como matéria prima em processos produtivos industriais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 agosto de 1997, o art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, o art. 14 do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução nº 7, de 10 de novembro de 2009, tendo em vista o disposto no art. 2º, inciso VII, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando que

compete ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE propor políticas nacionais e medidas específicas dirigidas ao aproveitamento racional das fontes de energia, visando à efetivação dos objetivos da Política Energética Nacional, entre os quais se destacam o incremento, em bases econômicas, da utilização do gás natural, a promoção da livre concorrência e a atração de investimentos na produção de energia;

cabe ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais, mediante a regulamentação de condições e critérios específicos, que visem a sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externos;

o cenário do gás natural no Brasil aponta para uma oferta crescente, inclusive com novos ofertantes de gás natural ao mercado, tornando disponíveis volumes utilizáveis como matéria-prima;

o restabelecimento de condições competitivas para o gás natural, considerando o seu preço, volumes e prazos contratuais, representa um sinal vital para tornar o ambiente favorável à retomada da produção e dos investimentos da indústria brasileira;

resolve:

Art. 1º. Estabelecer o Programa Nacional do Gás Natural Matéria Prima com o objetivo de atrair investimentos para a expansão da indústria no Brasil, promover a sua competitividade nos mercados interno e externo e agregar maior valor ao gás natural através de salários, benefícios, encargos sociais e impostos.

Art. 2º. O Programa Nacional do Gás Natural Matéria Prima será implementado em etapas, mediante o desenvolvimento de 3 (três) planos:

a) o Plano Emergencial para Uso do Gás Natural como Matéria Prima, com vistas a criar competitividade imediata com o mercado externo, que efetiva uma metodologia de utilização do gás natural mediante o estabelecimento de mecanismos adequados de precificação do insumo;

b) o Plano Nacional de Estímulo e Diversificação do Uso do Gás Natural como Matéria Prima, tendo por meta a ampliação da oferta de matérias primas a partir de estímulos para instalação de novas unidades de processamento de gás natural (UPGNs), ou otimização das existentes e antecipação de disponibilidades futuras mediante operações de swap do gás natural de propriedade da União advindo do regime de partilha, com compensações equilibradas de viés comercial e financeiro mútuos.

c) o Plano de Estabilização do Uso do Gás Natural como Matéria Prima, visando garantir o suprimento sustentável de matéria prima para a Indústria brasileira.

Art. 3º. No âmbito do Programa Nacional do Gás Natural Matéria Prima, o gás natural deverá ser comercializado entre os Agentes da Indústria do Gás Natural e, respeitada a legislação estadual pertinente, entre esses e os usuários de forma a assegurar sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externo para a promoção da competitividade da indústria brasileira.

Art. 4º. O Plano Emergencial para Uso do Gás Natural como Matéria Prima será viabilizado por meio de critérios e condições destinados à implementação de operação de securitização do óleo que cabe à União em decorrência dos contratos de partilha na parcela máxima de 5% da produção prevista, de forma a constituir um fundo de investimento com as funções precípuas de

(a) ressarcir o produtor da diferença entre preço do gás natural energético e preço do gás natural matéria prima por um período de cinco anos; e

(b) promover o financiamento de estudos e projetos de aproveitamento do gás natural como matéria-prima.

Art. 5º. Com o objetivo de atender, desde a implementação do Plano Emergencial para Uso do Gás Natural como Matéria Prima, a competitividade do setor industrial que utiliza o gás natural não energético em seus processos produtivos, o preço do Gás Natural Matéria Prima será estabelecido com base na seguinte fórmula:

$$\text{PrGNP} = (0,266 \times \text{NBP}) + (0,734 \times \text{HH})$$

Onde

PrGNP é o Preço do Gás Natural Matéria Prima fornecido por qualquer produtor

0,266 é a Fração das importações brasileiras de produtos derivados de gás natural provenientes da Europa Ocidental

0,734 é a Fração das importações brasileiras de produtos derivados do gás natural provenientes da América do Norte & Caribe

HH é o Henry Hub, adotado como referencial norte-americano (USA, Texas) de preços de gás Natural da Bacia do Atlântico

NBP é o National Balancing Point, adotado como referencial inglês (UK) de preços de gás natural na Europa Ocidental e Mediterrâneo

Art. 6º. O Plano de Estabilização do Uso do Gás Natural como Matéria Prima deverá ter por base os cenários de equilíbrio do balanço e oferta de gás natural a serem desenvolvidos pelo Ministério de Minas e Energia em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, contando com a participação da Empresa de Planejamento Energético – EPE e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

Art. 7º. No âmbito do Plano de Estabilização da Indústria Brasileira, o Gás Natural de titularidade da União em decorrência da execução da exploração sob o regime de partilha deverá ser disponibilizado por meio de leilões estruturantes, em conformidade com as diretrizes a serem estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia que poderá prever contrapartidas na forma de compromissos de investimentos na implantação em complexos industriais.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO